



EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS AO PROJETO DE LEI N.º 155/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente, Senhores(as) Vereadores(as),

O presente Projeto de Lei tem por objetivo autorizar o Poder Executivo Municipal a realizar contratações temporárias de profissionais para o quadro do Magistério Público Municipal, pelo prazo de seis meses, renovável por igual período, a fim de suprir necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito da Rede Municipal de Ensino.

A proposição é essencial para garantir a continuidade, regularidade e qualidade do ano letivo de 2026, assegurando que todas as turmas e segmentos educacionais sejam atendidos desde o primeiro dia de aula. As contratações propostas visam suprir carências decorrentes de afastamentos legais dos servidores efetivos — tais como licenças para tratamento de saúde, licenças maternidade, licenças para trato de interesse particular — além de vagas temporariamente abertas por exercício de funções de direção, vice direção, coordenação e designações junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Também se incluem, entre as justificativas, a necessidade de atendimento à expansão de turmas prevista para 2026.

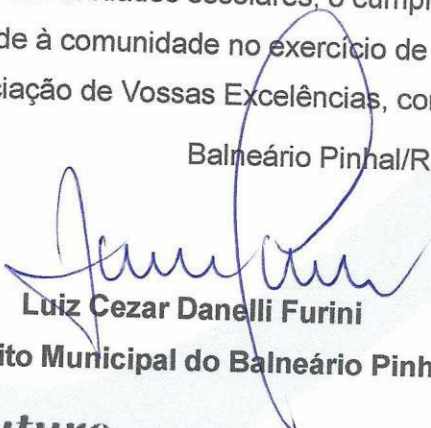
Ressalta-se, ainda, que as contratações autorizadas por este Projeto de Lei não substituem as nomeações de servidores efetivos, as quais seguirão sendo realizadas conforme previamente alinhado com o Chefe do Poder Executivo, no início do ano de 2026.

As contratações observarão os requisitos, atribuições e padrões de remuneração previstos na Lei Municipal nº 1.805/2023 e suas alterações, priorizando-se, sempre que houver, candidatos integrantes de lista de espera de concurso público vigente. Ademais, terão natureza administrativa, seguindo as disposições contidas na Lei Municipal nº 683/2007, conferindo legalidade, transparência e regularidade ao processo.

Diante do exposto, fica evidenciada a relevância e a urgência da presente medida, que visa garantir o pleno funcionamento das unidades escolares, o cumprimento do calendário letivo e a oferta de ensino com qualidade à comunidade no exercício de 2026. Assim, submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação de Vossas Excelências, confiando em sua aprovação.

Balneário Pinhal/RS, 25 de novembro de 2025.

Atenciosamente,


Luiz Cezar Danelli Furini
Prefeito Municipal do Balneário Pinhal



Semeando o futuro.

Av. Itália, 3100 - Balneário Pinhal/RS | (51) 2165-3498 | www.balneariopinhal.rs.gov.br

Recebi em 24/11/25
Secretaria CM
Balneário Pinhal RS



PROJETO DE LEI N.º 155, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2025.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONTRATAR RECURSOS HUMANOS POR TEMPO DETERMINADO, PARA SUPRIR NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

Art. 1º. Autoriza o Poder Executivo a contratar, em caráter excepcional, pelo prazo de 06 (seis) meses, renovável por igual período, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, a seguinte categoria funcional:

I -

Professor I - Educação Infantil e Séries Iniciais	25 horas	Até 50 profissionais
Professor - Educação Física	20 horas	Até 13 profissionais
Professor – Informática na educação	20 horas	Até 8 profissionais
Professor - Língua Portuguesa	20 horas	Até 3 profissionais
Professor - Ciências	20 horas	Até 2 profissionais
Professor - Ensino Religioso	20 horas	Até 1 profissional
Professor - Artes	20 horas	Até 1 profissional
Professor - História	20 horas	Até 1 profissional
Professor - Geografia	20 horas	Até 2 profissionais
Professor - Matemática	20 horas	Até 7 profissionais
Professor - Educação Especial (SR)	25 horas	Até 6 profissionais
Professor – Língua Inglesa	20 horas	Até 5 profissionais
Supervisor Educacional	40 horas	Até 3 profissionais
Orientador Educacional	40 horas	Até 4 profissionais

Art. 2º. As contratações de que trata o artigo 1º deverão preencher todos os requisitos e atribuições dispostas na Lei nº 1.805/2023 e alterações, devendo priorizar, se houver, lista de espera de Concurso Público.



Semeando o futuro.

Av. Itália, 3100 - Balneário Pinhal/RS | (51) 2165-3498 | www.balneariopinhal.rs.gov.br

Recebi em 24/11/25
Secretaria CM
Balneário Pinhal/RS

[Handwritten signature]



Art. 3º. As contratações de que trata essa Lei, serão regidas pelo Regime Jurídico dos Servidores Municipais, no que couber, e as remunerações acompanharão as estabelecidas na Lei nº 1.805/2023, com as respectivas reposições e aumentos.

Art. 4º. A contratação autorizada por esta Lei tem natureza administrativa e será formalizada conforme as normas dos artigos nº 221 e 223 da Lei nº 683, de 11 de setembro de 2007.

Art. 5º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias: 0602 12 365 0110 2010 31901100000000 1500 O 4622.1 VENCIM.VANTAGEM / 0602 12 365 0170 2103 31901100000000 1540 O 5441.0 VENCIM.VANTAGEM / 0603 12 361 0111 2012 31901100000000 1500 O 6266.9 VENCIM.VANTAGEM / 0603 12 361 0174 2022 31901100000000 1540 O 8054.3 VENCIM.VANTAGEM / 0603 12 361 0175 2022 31901100000000 1540 O 8228.7 VENCIM.VANTAGEM.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Pinhal/RS, 25 de novembro de 2025.

Registre-se, publique-se.


Luiz Cezar Danelli Furini
Prefeito Municipal do Balneário Pinhal

Recebi em 24/11/25
Secretaria CM
Balneário Pinhal RS




Semeando o futuro.

Av. Itália, 3100 - Balneário Pinhal/RS | (51) 2165-3498 | www.balneariopinhal.rs.gov.br